

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

Vitória Rocha da Silva

**COMUNIDADE SURDA NO MUNICÍPIO DE TORRES:
RESSONÂNCIAS HISTÓRICAS, POLÍTICAS E EDUCACIONAIS**

Santa Maria, RS,
2021

Vitória Rocha da Silva

**COMUNIDADE SURDA NO MUNICÍPIO DE TORRES: RESSONÂNCIAS
HISTÓRICAS, POLÍTICAS E EDUCACIONAIS**

Monografia apresentada ao Programa de Pós –
Graduação em Políticas Públicas e Gestão
Educativa, da Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do
título de **Especialista em Gestão Educacional**.

Orientadora: Profª Drª Liane Camatti

Santa Maria, RS,
2021

Vitória Rocha da Silva

**COMUNIDADE SURDA NO MUNICÍPIO DE TORRES: RESSONÂNCIAS
HISTÓRICAS, POLÍTICAS E EDUCACIONAIS**

Monografia apresentada ao Programa de Pós –
Graduação em Políticas Públicas e Gestão
Educativa, da Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do
título de **Especialista em Gestão Educacional**.

Aprovada em 07 de dezembro de 2021:



Liane Camatti, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)



Carilissa Dall'Alba, Dra. (UFSM)



Lidiane Barreto Alves Zwick, Ma. (IFRS)

Santa Maria, RS,
2021

“Como seres humanos somos contadores de histórias. Vivemos vidas relatadas e aprendemos com as histórias que ouvimos.”

LARROSA, 1995.

RESUMO

COMUNIDADE SURDA NO MUNICÍPIO DE TORRES: RESSONÂNCIAS HISTÓRICAS, POLÍTICAS E EDUCACIONAIS

AUTORA: Vitória Rocha da Silva
ORIENTADORA: Prof^ª Dr^ª Liane Camatti

As comunidades surdas têm sido espaços de importância reconhecida para a constituição dos sujeitos surdos a partir de referenciais linguísticos e culturais. O fortalecimento tanto de espaços comunitários surdos em níveis locais, quanto da educação de pessoas surdas são fatores intimamente ligados, amarrados sobretudo por práticas de gestão e por políticas públicas embasadas em políticas linguísticas. Desta forma, este trabalho teve por objetivo analisar como as práticas de gestão educacional no Município de Torres-RS geram efeitos na organização da comunidade surda local e nos processos de escolarização das pessoas surdas. O estudo foi realizado a partir de uma abordagem qualitativa, com filiação a conceitos do campo dos Estudos Surdos. Para produção de materialidade, utilizou-se de entrevistas narrativas. Foram realizadas conversas abertas com pessoas que se envolvem no campo da Educação de Surdos do município de Torres. Assim, a análise feita pode ser descrita a partir de dois grandes pontos: (1) a história da classe especial da Escola Estadual de Ensino Fundamental Justino Alberto Tietboehl; e (2) a relação entre comunidade/escola e entre gestão/políticas de educação com as possibilidades de organização da comunidade surda local. As discussões levaram à conclusão de que as comunidades surdas, em geral, se organizam e se fortalecem sobretudo em espaços educacionais. No caso do contexto torrense, por anos a mobilização da comunidade era estritamente dependente da iniciativa de indivíduos específicos e da existência de classes especiais para surdos. A extinção das classes e o afastamento das individualidades mobilizadoras provocaram o significativo enfraquecimento da comunidade surda local, trazendo à tona a evidência da falta de políticas públicas voltadas aos sujeitos surdos da cidade.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Comunidade surda. Educação de Surdos.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	7
2 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS	10
2.1 (RE) CRIANDO PROBLEMATIZAÇÕES	10
2.2 DEFINIÇÃO DA ABORDAGEM METODOLÓGICA E DA PERSPECTIVA TEÓRICA	13
2.3 SUJEITOS DE PESQUISA E DETALHAMENTO DAS AÇÕES	14
3 EDUCAÇÃO E COMUNIDADE SURDA TORRENSE: UM OLHAR PARA OS MOVIMENTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS	17
3.1 ENLACES FUNDAMENTAIS: COMUNIDADE, ESCOLA E GESTÃO EDUCACIONAL	20
4 DESFECHO FINAL	23
REFERÊNCIAS	25

1 APRESENTAÇÃO

A capacidade de promover uma educação de qualidade para pessoas surdas envolve um grande espectro de fatores. Abarca desde o desenvolvimento de pesquisas no campo científico, o envolvimento de diferentes sujeitos implicados no processo educacional e, ocupando um dos lugares de destaque, a existência de políticas públicas minimamente eficazes que permitam a consolidação de práticas de ensino em todos os níveis.

Para além de práticas de ensino, já é notoriamente reconhecida a íntima relação entre a organização dos espaços escolares para surdos e a organização das comunidades surdas (CAMATTI, 2011; MELLO, 2011; MIRANDA, 2001). A pesquisa que ora se apresenta, vinculada a um curso de Especialização em Gestão Educacional, parte da proposta de tentar pensar a relação entre as práticas de gestão educacional no município de Torres – RS, seus efeitos na Educação de Surdos e, conseqüentemente, na organização de uma comunidade surda local.

O exercício analítico aqui proposto passa a ser possível na medida em que se amplia o conceito de gestão educacional para além das práticas administrativas vinculadas às instituições escolares. Diferentemente da gestão escolar, que é voltada para as práticas e ações diárias da instituição de ensino, a gestão educacional também está ligada com a definição legislativa, abrangendo a federação, estados e municípios na estruturação do sistema educacional.

Considerando a esfera pública, o Estado tem a responsabilidade de promover e organizar o ensino do país. Entretanto, a gestão pedagógica de cada escola é feita de forma autônoma. Nesse sentido, a gestão das práticas vai além das escolas. É necessário se atentar também às políticas e ações que envolvem o sistema educacional.

A concepção de gestão corresponde a todo sistema de ensino, ou seja, desde o seu contexto mais amplo, que abrange as políticas educacionais, até o mais específico, relacionado à unidade escolar. “Portanto, quando se fala sobre gestão educacional, faz-se referência à gestão em âmbito macro, a partir dos órgãos superiores dos sistemas de ensino, e em âmbito micro, a partir das escolas” (LÜCK, 2006, p.25).

No alargamento do conceito de gestão e na compreensão da íntima relação entre articulação de práticas e políticas de ensino voltadas a pessoas surdas e sua organização comunitária é que este trabalho mostra sua importância. A educação para os alunos surdos, usuários da Língua Brasileira de Sinais, se faz de forma diferenciada, e para tanto, demandam políticas legais pertinentes.

A legislação educacional brasileira assegura a garantia à educação na Constituição Federal, promulgada em 05 de outubro de 1988, em seu Art 6º, como um dos direitos sociais, garantia fundamental e dever do Estado. Nos artigos 206 e 208, indica a igualdade de condições de acesso e permanência na escola e o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

Em referência à Educação de Surdos, existe a Lei Federal nº 10.436/02, de 24 de abril de 2002. Em seu Art 1º, reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras – como meio legal de comunicação e expressão. Segundo o texto legal, trata-se de um “sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (BRASIL, 2002). Tal legislação é considerada essa uma conquista das lutas da comunidade surda.

Importante também é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB – nº 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, que reconhece o direito à educação para todos e propõe que o ensino seja baseado nos princípios de igualdade de condições de acesso, permanência e aprendizagem para todos os alunos (BRASIL, 1996).

Ainda sobre a Educação de Surdos, consta nas diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

Para a inclusão dos alunos surdos, nas escolas comuns, a educação bilíngue - Língua Portuguesa/Libras, desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola (BRASIL, 2008, p. 17)

Já em agosto de 2021, foi sancionada a Lei 14.191/21. O texto altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, lei nº 9.394, para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos, incluindo um inciso no artigo terceiro. Passa a valer um novo princípio de ensino, a inclusão de uma nova modalidade de educação (Capítulo V-A, com dois artigos) e a inclusão de dois artigos em TÍTULO VIII – das disposições gerais.

A alteração parte do pressuposto de que a educação bilíngue de surdos tem como primeira língua a língua de sinais, ou seja, Língua Brasileira de Sinais - Libras e a segunda língua o português escrito. A oferta da educação bilíngue terá início desde o nascimento da criança e se estenderá ao longo da vida. Essa alteração também se caracteriza como uma conquista de direitos da comunidade surda que demanda a língua de sinais como a sua primeira língua.

Embora a exigência da educação bilíngue tenha sido garantida na legislação e até mesmo prevista como uma das estratégias do Plano Nacional de Educação, sua implementação em todas as áreas da educação depende do empenho das instituições de ensino, dos professores e da mobilização da própria comunidade surda.

Mais adiante, neste trabalho, a comunidade surda será alvo de discussões sobretudo em relação aos aspectos que permitem a sua formação e consolidação. Porém, para este momento introdutório, é pertinente destacar a sua importância na constituição do sujeito surdo, na construção da sua identidade. É no espaço comunitário que se cria um reconhecimento de unidade, expressos pelas manifestações próprias culturais. Para a construção de uma cultura, é necessário que haja interação entre pessoas que compartilham de hábitos e princípios semelhantes.

Muitas dificuldades se colocam no dia-a-dia do surdo, principalmente para aquele que não vive nos grandes centros. Não é difícil encontrar surdos que desconhecem a sua história e cultura. E me refiro ainda ao sujeito adulto não fluente em língua de sinais e que por vezes desconhecem que a Libras é uma língua reconhecida nacionalmente desde 2002. São estes, surdos não envolvidos com a comunidade surda, indiferente às peculiaridades de sua história, cultura, avanços políticos e educacionais, posicionados em um lugar de deficiência.

Parte-se do pressuposto de que o fortalecimento tanto das comunidades surdas em níveis locais, quanto da educação de pessoas surdas são fatores intimamente ligados, amarrados sobretudo por práticas de gestão micro e macro, por políticas públicas embasadas em políticas linguísticas. Este trabalho, assim, tem o objetivo pontual de: **analisar como as práticas de gestão educacional no Município de Torres-RS geram efeitos na organização da comunidade surda local e nos processos de escolarização das pessoas surdas.** O detalhamento da pesquisa será descrito na próxima seção.

2 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Uma vez delimitado o contexto do estudo, nesta seção serão descritas de forma minuciosa as opções e estratégias metodológicas eleitas. Primeiramente, será apresentado o processo de construção da problemática. Na sequência, será definida a abordagem/perspectiva teórica do estudo e, por fim, a definição clara dos procedimentos adotados.

Para iniciar, parece pertinente revisitar alguns pontos determinantes na construção da problemática aqui definida. Não puramente com o intuito de dar a conhecer um percurso, mas sim para evidenciar que a importância deste estudo se justifica, de certo modo, em possibilidades e limitações encontradas por intenções de pesquisas anteriores na relação entre a Educação de Surdos e a gestão educacional.

2.1 (RE) CRIANDO PROBLEMATIZAÇÕES

A condição de base para o desenvolvimento deste trabalho se deu a partir do meu interesse pela Educação de Surdos, que vem crescendo ano a ano no decorrer da minha trajetória acadêmica e profissional. Minhas experiências com a área da surdez começaram ainda na graduação em Educação Especial, mais especificamente no estágio supervisionado/surdez. A prática foi realizada vinculada a um projeto que se articula em torno da proposta de estimulação linguística em crianças surdas. Tratava-se de uma proposta desafiadora e com novas oportunidades, permitindo o trabalho articulado com a área da fonoaudiologia.

Em decorrência desta prática, nasceu meu Trabalho de Conclusão do Curso – TCC. Naquela oportunidade, procurei discutir experiências surdas contemporâneas a partir de pressupostos dos discursos clínico-terapêutico e socioantropológico. Assim, posso afirmar que foi a convivência com uma criança surda em fase de desenvolvimento linguístico e algumas aproximações que tive com a perspectiva teórica dos Estudos Culturais em Educação e dos Estudos Surdos que me fizeram seguir na mesma área de pesquisa na pós-graduação.

O desejo de ingressar em um curso de Especialização em Gestão Educacional mobilizou o desafio de fazer nascer um estudo em que a Educação de Surdos e a Gestão Educacional estivessem em convergência. A proposta inicial apresentada consistia em analisar práticas da gestão pedagógica de uma escola da rede municipal de ensino de Santa Maria, considerando o processo de ensino e aprendizagem de alunos surdos. Entretanto, em decorrência da eclosão da pandemia de Covid-19 em março de 2020, retornei para Torres-RS, meu município de origem.

Em conjunto com a minha orientadora, buscamos reformular o projeto de pesquisa, adaptando ao novo contexto geográfico e social, mas mantendo os mesmos objetivos.

Para tanto, iniciei a busca por escolas que tradicionalmente recebiam estudantes surdos em classes específicas ou nas salas comuns. As informações que fui obtendo mostraram que as classes de surdos não existiam mais. Ainda, não encontrei gestores ou professores que pudessem nos dar indicativos dos processos atuais de escolarização de pessoas surdas. Decidi, assim, procurar surdos na cidade em busca de quaisquer pistas e também tive dificuldades em relação a isso. O conjunto deste panorama fez emergir impressões de fragilidades tanto nos processos de escolarização, quanto na mobilização da comunidade surda local. Durante esta primeira etapa de levantamento de informações, surgiram algumas inquietações:

Onde estão os surdos da cidade?

Em quais escolas estudam as crianças surdas?

Existe a sensação de pertencimento a alguma comunidade surda?

Há legislações municipais voltadas a esses sujeitos considerando questões educacionais ou mesmo sociais?

Como funciona a gestão e articulação de questões relacionadas ao desenvolvimento da aprendizagem de alunos surdos no campo educacional?

Embebida dessas reflexões e diante das primeiras dificuldades encontradas, procurei outros meios para coletar informações. Foi por meio de buscas genéricas na Internet que consegui, então, localizar uma professora de surdos e também intérprete de Libras já aposentada. Através da notícia de um parto realizado no município de Torres/RS, com a presença desta intérprete, cujo fato ficou famoso na cidade, cheguei até a professora Rilda Ferraro Vieira. Além de contar um pouco da história da escolarização de pessoas surdas na cidade, Rilda ainda fez indicações de outros educadores envolvidos no campo. E foi assim que nasceu a presente pesquisa.

As impressões iniciais daquela conversa giravam em torno de um enfraquecimento importante nas ações da comunidade surda em decorrência da aposentaria de pessoas que atuavam no contexto da educação. Isso me fez refletir sobre a íntima relação entre: de um lado, a existência ou não de práticas de gestão educacional e, de outro lado, o fortalecimento ou enfraquecimento de uma comunidade surda local. Aos poucos, minhas inquietações foram se deslocando e, nesse movimento de tentar compreender como funciona a relação mencionada, surgiram novos questionamentos:

Quais compreensões carregam os envolvidos na Educação de Surdos da cidade sobre a comunidade surda e os processos educacionais relacionados?

Será que gestores educacionais entendem a centralidade da escola para o desenvolvimento linguístico e construção de conceitos culturais das pessoas surdas?

Quais políticas/práticas existem em âmbito municipal que sejam voltadas ao atendimento da singularidade do sujeito surdo?

O que entendem sobre a singularidade do processo educacional de pessoas surdas?

A derivação do projeto de pesquisa, assim, se tratou de uma consequência dos primeiros achados sobre a Educação de Surdos na cidade. Quando somados às inquietações provocadas em mim, direcionaram a pesquisa para a relação entre os investimentos da gestão dos sistemas de ensino e a articulação da comunidade surda local. A partir deste contexto de emergência da temática da pesquisa, passou a ser possível delimitar precisamente os objetivos do estudo:

Objetivo geral:

Perceber como a organização de práticas de gestão educacional no Município de Torres-RS geram efeitos na mobilização da comunidade surda local e nos processos de escolarização das pessoas surdas.

Objetivos específicos:

- Conhecer a história do movimento surdo do Município de Torres - RS;
- Realizar um mapeamento sobre as condições de escolarização de pessoas surdas em classes exclusivas para surdos ou incluídas em classes de ensino comum.
- Compreender como o espectro de fatores implicados no exercício da gestão educacional mobiliza a comunidade surda local.

Feita a contextualização do surgimento da temática desta pesquisa e a delimitação dos objetivos de forma completa, passo agora a apresentar a abordagem metodológica. Inicialmente será apresentada a perspectiva teórica na qual se fundamentam as análises e, posteriormente, as estratégias de produção de materialidade.

2.2 DEFINIÇÃO DA ABORDAGEM METODOLÓGICA E DA PERSPECTIVA TEÓRICA

Este trabalho foi desenvolvido com uma abordagem qualitativa. Esta se caracteriza por não ser mensurável, como ocorre na quantitativa, considerando que sujeito e a realidade são elementos indissociáveis, permanentemente mutáveis na sua relação. Sendo assim, é uma forma

de pesquisa que considera os traços subjetivos e particulares do seu objeto de estudo. Segundo Flick (2009, p. 95) "[...] pressupõe, sim, uma compreensão diferente da pesquisa em geral, que vai além da decisão de utilizar uma entrevista narrativa ou um questionário, por exemplo. A pesquisa qualitativa abrange um entendimento específico da relação entre o tema e o método".

São diversas as abordagens teóricas e métodos que podem ser utilizadas na pesquisa qualitativa, caracterizando, assim, suas discussões e práticas. Minha opção dentro da gama de possibilidades é por trabalhar a partir de leituras relacionadas aos Estudos Surdos e Culturais em Educação para assim conceituar as análises relacionadas à comunidade. Contudo, modestamente, ressalto ser iniciante no exercício de escrita dentro desta perspectiva teórica.

Na esteira da opção teórica e das possibilidades da pesquisa que se anunciaram, pareceu interessante considerar a realização de entrevistas narrativas como técnica para produção de materialidade. “As entrevistas narrativas se caracterizam como ferramentas não estruturadas, visando a profundidade, de aspectos específicos, a partir das quais emergem histórias de vida, tanto do entrevistado como as entrecruzadas no contexto situacional.” (MUYLAERT, C. J. et al., 2014).

Quando nos aprofundamos no conceito das entrevistas narrativas, estamos falando também no ato de fazer aproximações a partir dos Estudos Culturais, passando por uma leitura social e cultural da comunidade surda. As análises, portanto, são interpretadas na perspectiva dos Estudos Surdos convergindo com as narrativas não estruturadas, visando uma forma de narrar histórias e dar sentido aos acontecimentos a partir do ponto de vista dos informantes.

Portanto, para atingir os objetivos desta pesquisa a produção de materialidade foi realizada a partir de conversas abertas com pessoas que se envolvem no campo da Educação de Surdos do Município de Torres. Tais narrativas, aqui, são consideradas interpretações ou representações das quais não existe uma única verdade, se constituindo como fatos que não cabem serem julgados ou comprovados.

A temática da surdez, na atualidade, se configura como território de representações que não podem ser facilmente delimitadas ou distribuídas em “modelos sobre a surdez”. O mapeamento dessas diferentes representações requeria algo mais do que uma cronologia sequencial e descritiva das concepções. (SKLIAR, 2005, p.9).

O estudo qualitativo de pesquisa por meio das narrativas como instrumento de investigação permite ir além da compreensão dos relatos vivenciados. As narrativas auxiliam a compor não apenas uma realidade ou um recorte de realidade da Educação de Surdos, mas sim, uma versão de história que se constitui nos discursos dessas pessoas que nos possibilitam um meio de começar a entender o seu ponto de vista para então contar suas histórias.

2.3 SUJEITOS DE PESQUISA E DETALHAMENTO DAS AÇÕES

Os sujeitos escolhidos para este estudo possuem como elemento convergente a passagem por uma classe especial para surdos de Torres, seja na condição de estudante, seja de professor. No quadro abaixo serão melhores contextualizados cada um dos sujeitos.

Quadro 1 – Colaboradores da pesquisa

Sujeito de pesquisa¹	Condição de participação no estudo	Detalhamento
Esmeralda	Ex-aluna	Surda, estudou na escola EEF Justino Alberto Tietboehl, da primeira até a oitava série. Ao término do Ensino Fundamental ingressou na escola, E.E.B. Governador Jorge Lacerda, para dar continuidade aos estudos já que a então antiga instituição não oferta o Ensino Médio. Após esse período decidiu mudar de cidade em busca de novas oportunidades.
Rubi	Ex-aluna	Surda, estou no Colégio Concórdia de Porto Alegre/RS. Mudou-se para Torres terminou seus estudos na escola EEF Justino Alberto Tietboehl e na escola E.E.B. Governador Jorge Lacerda. Atualmente, reside em Torres, é casada com um surdo e tiveram um filho. O parto teve a presença da sua ex-professora para interpretar.
Safira	Ex-aluna	Surda, estudou em torno de dois anos em escola regular. Após esse período foi estudar na escola EEEF Justino Alberto Tietboehl. Terminou o Ensino Médio na escola E.E.B. Governador Jorge Lacerda e passou no ENEM para administração EAD. Mas, não cursou. Trabalhou seis anos no hospital de Torres e saiu para cuidar do filho. Atualmente reside em Dom Pedro de Alcântara.
Ametista	Ex- aluno	Surdo, dos seus três anos aos oito anos de idade estudou no Colégio Concórdia de Porto Alegre/RS. Mudou-se para Torres e ingressou na Escola Est. Ens. Fundamental Justino Alberto Tietboehl, permaneceu nessa instituição até o oitavo ano. No Ensino Médio, matriculou-se na E.E.B. Governador Jorge Lacerda, porém, não se sentiu incluído e decidiu que para aquele momento o importante seria entrar para o mercado de trabalho. Atualmente, ainda reside em Torres.

Quadro 1 – Colaboradores da pesquisa

¹ Os nomes dos alunos e de uma professora foram substituídos por pseudônimos, enquanto a identidade das outras duas professoras participantes da pesquisa permanecem preservadas mediante a autorização das mesmas.

(conclusão)

Sujeito de pesquisa	Condição de participação no estudo	Detalhamento
Cristal	Professora aposentada	Ouvinte, professora aposentada. Foi nomeada para trabalhar na classe especial de surdos e então assumiu na Escola Tietboehl, como professora da primeira e segunda série. Também, trabalhou no magistério do Inst. Est. Educ. Marcílio Dias, por dois anos.
Rilda	Professora aposentada	Ouvinte, professora aposentada. Trabalhou nas escolas Tietboehl e Jorge Lacerda. Também era intérprete além de ser referência primeira de todos os ex-alunos surdos. Sempre se envolveu com os alunos além do ambiente escolar, os acompanhando em consultas médicas, eventos e etc.
Marjana	Professora e TILS	Ouvinte, atual referência na área da surdez. Assumiu a classe de surdos, na escola Tietboehl, logo após a saída da professora Zaira até o fim das classes especiais. Atualmente, atua como TILS na escola Jorge Lacerda.

Fonte: Autora.

Em função da pandemia de Covid-19, as entrevistas foram realizadas virtualmente. As interações foram individualizadas com três colaboradas ouvintes e uma surda. Também foi organizada uma conversa coletiva com três ex-alunos surdos. Todas as interações ocorreram via *Google Meet*, entre os meses de junho e agosto de 2021. O agendamento se deu a partir da disponibilidade dos entrevistados.

Considerando a proposta de trabalho com as entrevistas narrativas, não foram listadas perguntas fechadas. As trocas se estabeleceram através de relatos contados por meio de uma conversa aberta conforme as vivências individuais. Apesar de não se ter optado pelo formato de perguntas e respostas, foi mantido um roteiro pré-estruturado de pontos mínimos a serem abordados por cada entrevistado.

De maneira geral, as questões versaram sobre: compreensões sobre o movimento surdos; atuação da gestão pedagógica municipal e das escolas; envolvimento com o movimento surdo; histórico da escolarização de pessoas surdas no Município; vivências na área/campo da surdez.

Para o registro da materialidade foi utilizada a plataforma do *Google Meet* que permite a gravação do vídeo. Além disso, alguns registros fotográficos disponibilizados pelos integrantes da pesquisa.

3 EDUCAÇÃO E COMUNIDADE SURDA TORRENSE: UM OLHAR PARA OS MOVIMENTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS

Começo esta seção evidenciando que o movimento surdo é aqui entendido como um movimento social articulado a partir de reivindicações, pretensões, lutas das pessoas surdas pelo reconhecimento de sua língua e cultura. E digo ainda que é incansável a busca por serem contemplados em questões políticas, sociais e econômicas.

Penso que a Educação de Surdos está diretamente ligada ao movimento surdo, pois sua própria emergência vem, geralmente, do contexto de escolas de surdos. É inegável que a luta pela educação é um direito que faz parte da construção e efetivação da cidadania da pessoa surda.

Para proceder às análises, começo dizendo que não tenho a intenção de formular verdades únicas/absolutas, mas sim construir um breve apanhado de informações relatadas por pessoas participantes desse contexto. Desejo que as discussões aqui suscitadas me permitam novos questionamentos e/ou inquietudes. Para além, ainda intento que permaneça o conhecimento, ainda que pouco, da história que o município do qual faço parte, tem a contar.

Aqui faço uma ressalva importante. Saliento que a coleta de dados da pesquisa aconteceu em contexto de pandemia, com restrições acentuadas de acesso a acervos e repositórios físicos. Nesse cenário, não foi possível o fornecimento de documentos legais como atos de criação/extinção das classes especiais ou maiores informações que fossem concretas. Deste modo, este artigo não conta com datas específicas relacionadas a história. A costura aqui feita parte de relatos e memórias, resgatados e produzidos no contexto das entrevistas narrativas.

Portanto, na tentativa de me inteirar sobre a mobilização surda no município de Torres-RS, foi possível conhecer um pouco da história que envolve os sujeitos surdos. Assim, a análise feita nesta pesquisa pode ser descrita a partir de dois grandes pontos de discussão: (1) a história da classe especial da Escola Estadual de Ensino Fundamental Justino Alberto Tietboehl; e (2) a relação entre comunidade/escola e entre gestão/políticas de educação com as possibilidades de organização da comunidade surda local.

Inicialmente, parto de uma revisão histórica, construída pelo olhar de cada professor e aluno, participante da pesquisa, em relação à comunidade surda. O movimento surdo, no âmbito da educação, tem por característica a construção de figuras de referências em determinados educadores. Participaram desta pesquisa algumas dessas figuras que foram e são importantes na

Educação de Surdos do município de Torres e, para além disso, na organização de movimentos surdos.

A comunidade surda não é composta só por sujeitos surdos, mas também por sujeitos ouvintes, sejam eles intérpretes, familiares, professores, amigos entre outros, que se envolvem por compartilhar dos mesmos interesses em comuns. No contexto desta pesquisa, não é diferente: a professora Rilda Perraro Vieira, uma das principais articuladoras da Educação de Surdos torrense, relata que seu envolvimento com o movimento surdos veio de motivações pessoais. Ela possui um sobrinho surdo e por vivenciar e perceber o contexto e demandas de vida e de escolarização, foi que iniciou nessa luta.

“Eu fazia pelos surdos, filhos das outras pessoas, como se eu tivesse fazendo pelo meu surdo na família, meu sobrinho”. – Rilda.

A docente relata que em sua chegada na escola Tietboehl, ainda não existia a classe de surdos. Contudo, o número de alunos surdos na escola foi crescendo e foi então que a professora Jandira viu a necessidade de criar as salas de aula somente com os alunos surdos. Em uma época em que a criação de classes especiais ainda era possível, foram articuladas três salas de aula, com mais ou menos quatro alunos em cada turma. Em uma mesma sala ficavam a terceira e quarta séries, em outra quinta e sexta séries e na outra sala sétima e oitava séries. Na escola, havia três alunos que junto com a surdez tinham deficiência mental e baixa visão.

No entanto, até mesmo o preenchimento das vagas nas classes dependia da mobilização das docentes. Era preciso que elas fossem em busca de crianças e jovens surdos nos municípios vizinhos, orientando e mobilizando os familiares.

“Eu tinha uma parceria de colegas, porque uma dava força para a outra, e eu ia para o interior catar alunos surdos e mostrar para os pais a possibilidade deles se desenvolverem.” – Rilda.

Nos relatos também é possível perceber o envolvimento das turmas de alunos surdos em eventos ou mobilizações de diversas ordens.

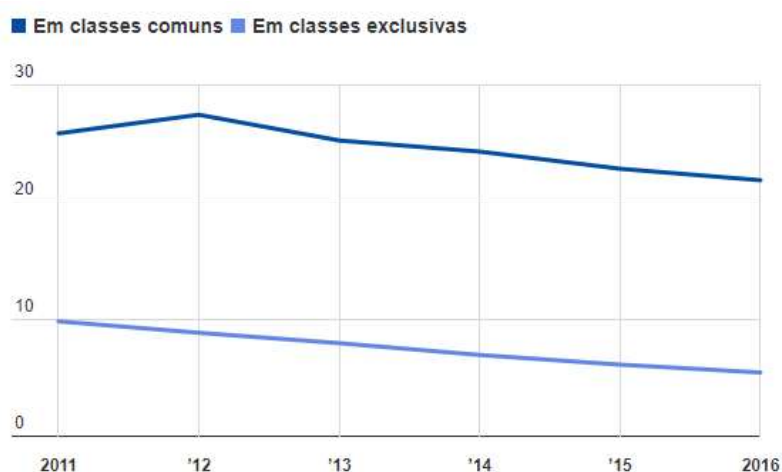
“A gente tinha uma comunidade ativa, éramos notados, a cidade percebia que tinha uma comunidade surda aqui em Torres, e que esta era atuante, estudava, trabalhava, que o surdo era capaz, inclusive quando tinha algum evento, tipo fórum de educação na faculdade Ulbra, nós éramos convidados para fazermos a abertura com o Hino Nacional em Libras ou dependendo do evento, para participarmos com depoimentos.” – Rilda.

“A gente batalhava por carteirinha do passe livre, batalhava por trabalho, oferecia cursos para as mães terem Libras, encaminhávamos via posto para oftalmos, para conseguir aparelhos, mas tudo era uma burocracia.” – Cristal

Saúde, lazer, assistência social, educação, arte. As narrativas apontam para a existência de um movimento com diversas ações pontuais. Porém, é necessário chamar a atenção para o fato de que a mobilização era garantida pelas professoras envolvidas com a militância. Não há excertos que indiquem algum protagonismo em figuras de gestão, seja em nível de escola, seja em nível de políticas públicas municipais ou estaduais. A iniciativa, nesse contexto, acaba partindo sempre dos professores para que a comunidade permanecesse ativa. Se a mobilização da comunidade era estritamente dependente das ações e atores relacionados ao contexto escolar, a reflexão lógica suscitada é: como seria o movimento surdo se essas individualidades saíssem de cena?

A resposta é obtida em poucas linhas. Em dezembro de 2017, conforme relata a professora Marjana, a classe de surdos foi extinguida, por meio de ordem da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul – SEDUC. O fechamento das classes especiais foi um movimento nacional motivado pelas políticas públicas de inclusão escolar instituídas pelo Ministério da Educação a partir dos anos 2000.

Esse movimento resultou na redução das matrículas de alunos surdos. A análise foi realizada com base nos microdados² do censo escolar. Na tabela a seguir pode-se visualizar uma redução de 23% de estudantes surdos de 2011 a 2016, essa mudança atinge à todo o país.

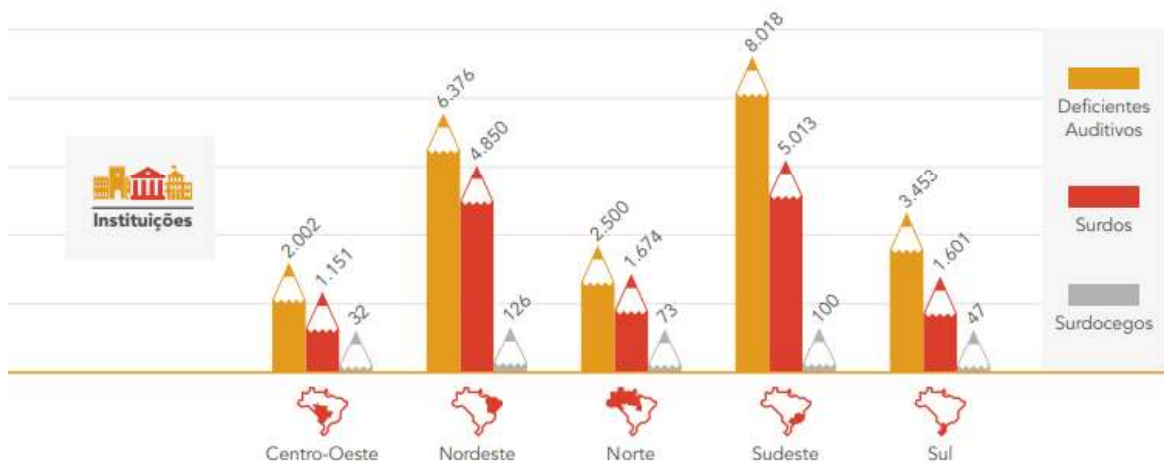


Fonte: Inep

² São dados brutos trabalhados para assegurar o sigilo de informações pessoais e para facilitar seu manuseio em softwares estatísticos. A divulgação dos microdados confere transparência ao processo na medida em que as análises publicadas podem ser reproduzidas e aprofundadas por outros pesquisadores.

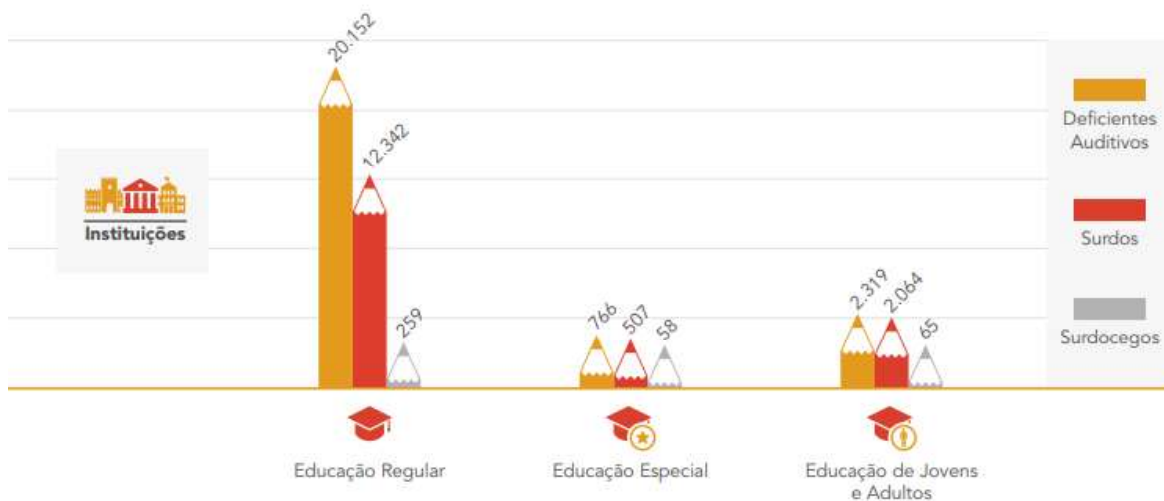
Também, na obra: “A Escolarização de Estudantes Surdos no Brasil” (GALASSO; ESDRAS, 2018), apresentada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) foi realizado um amplo mapeamento sobre a abrangência geográfica – nacional e regional – da inserção da pessoa surda no nível básico da educação. A pesquisa em questão, reflete a realidade dos alunos surdos entre os anos de 2010 e 2016.

Gráfico 1 – Distribuição Geográfica das Instituições da Educação Básica por Tipo de Aluno



Fonte: (GALASSO; ESDRAS, 2018).

Gráfico 2 – Distribuição das Instituições da Educação Básica por Modalidade e Tipo de Aluno



Fonte: (GALASSO; ESDRAS, 2018).

Podemos observar, então, que o que acontece no Município de Torres não se trata de um caso isolado. A matrícula nas redes regulares de ensino flutuou entre a condição de opcional e obrigatória. Independente do termo legal, fato é que as classes especiais, em sua maioria,

foram extintas. Não era incomum encontrar divisões de opiniões, dentre os que defendiam a inclusão total e os que lutavam pela coexistência entre as escolas comuns inclusivas e as escolas especiais. Dentre as metas tomadas, destaco a Meta 4 do PNE:

Universalizar, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014).

A inclusão educacional passa, então, a ser repensada implicando em uma mudança estrutural e cultural da escola. Nesta perspectiva, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008).

O direcionamento das políticas públicas somadas ao fechamento das classes especiais, resultou em uma redução do número de matrículas. Além disso, o fato de ter ficado um único surdo de cada lugar/município resultou na desistência de alguns alunos da escolarização. Na escola Tietboehl, ainda permaneceram dois alunos dentre os antigos frequentadores das classes especiais. Atualmente, um está matriculado no primeiro ano do Ensino Médio em outro município e a outra discente está na Escola Jorge Lacerda, matriculada na Educação de Jovens e Adultos – EJA.

3.1 ENLACES FUNDAMENTAIS: COMUNIDADE, ESCOLA E GESTÃO EDUCACIONAL

Início esta seção com a reflexão de que é a partir da comunidade que se criam os elos identitários, linguísticos e culturais. O sociólogo polonês Bauman (2003) define o espaço da comunidade como um lugar cálido, seguro, confortável e aconchegante. Ainda, de acordo com

Esposito (2009), quando a noção de comunidade como lugar seguro é abalada, gera sentimento de insegurança e frustração, colocando em risco a própria identidade individual do sujeito.

Para definir comunidade também é possível abordar a etimologia da palavra. Esposito (2009), diz que *comunidade* deriva do latim *communitas*, que, por sua vez deriva de *mumus*, que significa “dom” e também “obrigação frente ao outro” (ESPOSITO, 2009, p. 97).

Proponho-me então, a dizer que é através da união gerada pela comunidade que se faz possível a conquista dos direitos almejados e merecidos por esses sujeitos, pois eles buscam pelos mesmos ideais. No entanto, a comunidade não é um espaço de segregação. Ela se articula a partir da diferença linguística. São sujeitos estes que compartilham características que lhes fazem buscar esses espaço em comum, de dons e obrigações compartilhados.

Por isso é tão necessária a existência de uma comunidade surda. É por meio dela que os surdos se identificam e, mais do que isso, se fortalecem.

A comunidade surda organiza-se em torno de suas atribuições diferenciais para dar impulso às suas articulações e as coloca em ação dentro da escola. Esta, nesse cenário, muitas vezes funciona como trincheira que guarda por dentro de seus muros a sensação de segurança e a possibilidade de enfrentamentos. (CAMATTI, 2011, p. 68)

Conforme citação acima, entende-se que o espaço da escola tem servido por excelência ao propósito de guardar e impor limites de organização às diferentes comunidades surdas. Tais limites de mobilização comunitária são sempre externos, fazendo com que os indivíduos se reúnam e se fortalecem para poder sobreviver em um contexto social mais abrangente. No entanto, essa organização sempre aconteceu de forma individual.

As professoras Cristal e Rilda relatam que sempre precisaram “ir à luta”, arrecadavam dinheiro através de rifas; dormiam nas escolas levando seus colchonetes e comida para poderem participar dos eventos realizados em outras cidades. Rilda conta ainda que durante as férias trabalhou montando processos para que fosse possível abrir a classe de surdos na escola Jorge Lacerda e então elas trabalhavam de dia na escola Tietboehl e a noite na escola Jorge Lacerda. A professora Cristal, ainda complementa que eram mobilizadas pela professora Jandira. Nas palavras da professora Rilda: “existia um movimento surdo social, cultural e político, mas somente, enquanto eles estavam estudando.”

É importante grifar: "enquanto estavam estudando". Na medida em que os espaços específicos de escolarização de pessoas surdas foram enfraquecidos, a comunidade no Município de Torres se fragilizou. Essa fragilização é notória nos relatos das professoras e também estudantes envolvidos nesse movimento surdo.

É aqui que encontro espaço para abordar a íntima relação entre escola e comunidade surda. É através da escola que se constrói a comunidade surda, visto que esse é o espaço da constituição do sujeito. Por diversas vezes é na instituição escolar que acontece o primeiro contato do surdo com outro surdo e até mesmo com a língua de sinais. Segundo Mello “[...] a escola serve de espaço/condição para a existência de posições surdas ou de formas surdas de ser evidentemente marcadas, mas não unicamente determinadas pelos espaços que as acolhem.” (MELLO, 2011, p. 39).

Olhando para esse espaço da escola, da comunidade surda, volto a afirmar que a comunidade constitui-se no espaço escolar, entretanto, não estou alegando que é este o único espaço de articulação da comunidade surda, mas julgo ser o principal. Sendo assim, existe a necessidade da escola para organização da comunidade surda. Esta necessidade é quase uma dependência, que poderia ser amenizada por investimento político estruturado, de gestão e legislações voltadas à Educação de Surdos.

O que se observou no contexto estudado é que o movimento surdo da cidade era extremamente dependente da existência das classes específicas. Estas, por sua vez, existiam na medida em que determinadas professoras, individualmente, dispunham-se a lutar pelo espaço e por direitos educacionais. É a isto que os relatos conduziram: mobilizações individuais. Absolutamente fortes, potentes e efetivas. Porém individuais.

Paralelamente a isso, tem-se a pouca preocupação ou investimento em nível de políticas públicas e de gestão educacional com os processos de escolarização de pessoas surdas. Na ausência de políticas consistentes e com a íntima dependência da mobilização pessoal de algumas professoras, cria-se uma equação cujo resultado não é difícil de alcançar: o progressivo e natural afastamento das individualidades mobilizadoras geram o esmaecimento da própria comunidade. Ainda, na medida em que o movimento surdo se enfraqueceu, conseqüentemente a força política também. No caso da escola Tietboehl, a instituição funcionou como um aglutinador, porém, dependia da individualidade de cada docente e discente, o que causou, de certa forma, uma desmotivação gerada por falta das políticas públicas que forneçam sustentação.

4 DESFECHO FINAL

Colocar um ponto final nessa pesquisa, que ao meu ver parece tão incompleta, mesmo que ela já tenha se dado um ponto final, me angustia, pois não consigo aceitar que algo tão importante simplesmente tenha deixado de existir no município de Torres/RS e consequentemente municípios vizinhos.

Ao iniciar a pesquisa não esperava me deparar com o fato de não encontrar uma comunidade surda na cidade e tão poucos sujeitos surdos, em razão da minha referência da escola Tietboehl como a instituição que dispunha de turmas com sujeitos surdos. Precisei ir ao longo da pesquisa me deslocando, formulando novos questionamento e conceitos, para que fosse possível fazer um breve resgate histórico envolvendo esses sujeitos surdos e relembrar o quanto é necessário a articulação da comunidade surda local para a constituição do sujeito surdo.

Entendo, então, a escola como espaço de construção de identidade. A mesma tem o dever de priorizar e garantir o acesso à língua de sinais em todos os seus serviços, pois é na escola que o surdo encontra sua identidade/individualidade, este outro com quem dialoga, se reconhece na sua diferença linguística.

Essa pesquisa se propôs ao objetivo principal de perceber como a organização de práticas de gestão educacional no Município de Torres-RS geram efeitos na mobilização da comunidade surda local e nos processos de escolarização das pessoas surdas. A partir das análises é possível perceber que essa relação entre a coletividade e individualidade foi precária no Município de Torres, pois nunca existiu uma força política coletiva, um olhar voltado para essas pessoas. A mobilização sempre aconteceu de forma individual. Na medida em que as individualidades responsáveis pela mobilização foram se desligando desses espaços, se aposentando, a força política foi sendo perdida. O fechamentos das classes especiais e a inexistência de políticas educacionais levaram ao enfraquecimento da comunidade surda local.

A partir dessa compreensão é possível observar tamanho e o impacto que essas práticas ou a falta delas, melhor dizendo, geram nesses espaços e para além deles. Mas, ainda refletindo sobre as intenções dessa pesquisa, me propus a pensar nas questões que me fizeram chegar aos objetivos desse estudo e que foram anunciadas na apresentação deste artigo: quais compreensões carregam os envolvidos na Educação de Surdos da cidade sobre a comunidade surda e os processos educacionais relacionados? Será que gestores educacionais entendem a centralidade da escola para o desenvolvimento linguístico e construção de conceitos culturais das pessoas surdas? Penso que nessas questões obtive as respostas que esperava. No entanto, se

professores e gestores têm a compreensão e dimensão da necessidade desses espaços para estes alunos, me questiono sobre o que mais é preciso para que seja possível uma educação de qualidade para esses sujeitos? Possivelmente a existência de políticas públicas seja uma resposta, como já constatado nesse trabalho. Porém, afirmo que a formulação de novos questionamentos é um ciclo vicioso e interminável.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília. Câmara dos Deputados: Edições da Câmara. 35 ed. Disponível em: <file:///C:/Users/ASUS/Downloads/constituicao_federal_35ed.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- BRASIL. **Lei Federal nº 10.436/02**, de 24 de abril de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 24 abr. 2021.
- BRASIL. **Lei Federal nº 14.191**, de 03 de agosto de 2021. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm>. Acesso em: 24 abr. 2021.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: 10 junho 2021.
- CAMATTI, L. **A Emergência do Sujeito Pedagógico Surdo no Espaço de Convergência entre Comunidade e Escola de Surdos**. 2011. 91 p. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.
- ESPOSITO, R. **Comunidad, inmunidad y biopolítica**. Espanha: Herder, 2009.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GALASSO, B; ESDRAS. D. **A Escolarização de Estudantes Surdos no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: 2018. Disponível em: <https://neo.ines.gov.br/neo/panorama_basico/livro_escolarizacao_ed_basica.pdf> Acesso em: 31/01/2022.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar, 2010**. Brasília: MEC, 2011
- LÜCK, H. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006
- MELLO. V. S. S. **A constituição da comunidade surda no espaço da escola: fronteiras nas formas de ser surdo**. 2011. 124 p. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

MIRANDA, Wilson Oliveira. **Comunidade dos surdos:** olhares sobre contatos culturais. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, BR-RS, 2001.

MUYLAERT, Camila Junqueira et al. **Entrevistas narrativas:** um importante recurso em pesquisa qualitativa. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reusp/a/NyXVhmXbh96xZNPWt9vQYct/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 06 de set. 2021.

SKLIAR, Carlos. **A Surdez:** um olhar sobre as diferenças. 3.ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.